

O PROTAGONISMO DO MST EM CAMPOS – UMA ALTERNATIVA À REPRODUÇÃO SOCIAL DOS ASSALARIADOS DA CANA

ÉRICA T. VIEIRA DE ALMEIDA

UFF/DSSC e Mestranda da UFRJ

RESUMO

- *O presente artigo constitui uma breve reflexão em torno do*
- *significado sócio-político do processo de Reforma Agrária*
- *conduzido pelo MST em Campos, considerando as condições de*
- *exploração e precarização da força de trabalho na cana e a política*
- *de concentração industrial implementada na Região.*

Há mais de dois anos, em março de 1997, um grupo de trabalhadores oriundos das áreas urbanas pobres de Campos dos Goytacazes, dentre eles muitos desempregados, liderados pelo MST, ocupava as terras de uma das mais tradicionais usinas do município, reivindicando a sua desapropriação imediata para fins de Reforma Agrária.

Esta “ocupação”, termo utilizado pelas lideranças do Movimento dos Sem Terra e por pessoas ligadas ao Movimento, em contrapartida ao termo “invasão”, geralmente utilizado pelos fazendeiros, teve como base um conjunto majoritário de assalariados da cana, trabalhadores “volantes”, residentes nas periferias urbanas e comumente denominados de “bóias-frias”. Embora esta não seja a primeira experiência de Reforma Agrária ocorrida no município de Campos dos Goytacazes, cuja principal atividade econômica encontra-se ligada à monocultura da cana-de-açúcar, ela tem um significado particular não apenas para a dinâmica sócio-política da região, mas também para o conjunto de interpretações acerca do processo de modernização da agricultura brasileira, reconhecido pela expropriação e proletarização do campo.

Segundo FERRANTE (1994) a luta pela

terra enquanto requisição dos assalariados rurais volantes (bóias-frias) coloca novas contradições ao processo de modernização agrícola, demonstrando que mesmo sob um intenso processo de proletarização do campo, há espaço para a emergência de novos processos sociais que se opõem à lógica da proletarização.

Enquanto forma de democratização do acesso à terra, a experiência liderada pelo MST em Campos vem apresentando aspectos bastante peculiares tanto no que se refere à condição social dos assentados, quanto ao processo de luta pela terra. A liderança do MST, principal mediador no processo de ocupação de “Zumbi dos Palmares” (denominação dada ao Assentamento realizado nas terras da antiga Usina São João) suscita uma reflexão não apenas, sobre a presença de um movimento “de fora”, de âmbito nacional e de caráter centralizador na condução dessa experiência, mas também a sua relação com os atores políticos locais e com o conjunto dos trabalhadores assalariados da cana (bóias-frias) parcela social majoritária no processo de ocupação das terras da antiga Usina São João.

Conforme sinalizado anteriormente, outras duas experiências de democratização de acesso à terra marcaram o município de Campos - a de Mocotó e a de Novo Horizonte. A primeira,

realizada nas terras de Mocotó, no final da década de 50 e início da década de 60, envolvendo assalariados rurais e pequenos produtores era parte de um movimento social e político nacional de oposição e de luta pela efetivação da reforma agrária no Brasil, que mesmo sob intensos conflitos, avançava, ameaçando figurar entre as principais reformas pretendidas pelo Governo de Jango, o que só não vai ocorrer em virtude do Golpe Militar de 64. Com o Golpe, a experiência de Mocotó não só não se manteve, como foi cenário de perseguição, torturas e morte, o que o faz ser lembrado pelos assentados de Novo Horizonte como um “antiexemplo” de reforma agrária (NEVES, 1997).

Na verdade, a reforma agrária de Mocotó foi resultado de um movimento articulado, de caráter nacional e que se opunha frontalmente ao modelo econômico brasileiro, sobretudo ao modelo de modernização agrícola, assentado na subordinação da agricultura à indústria, na proteção dos interesses das oligarquias rurais e, principalmente, na ausência de direitos trabalhistas no campo, o que produzia uma ampla expropriação dos trabalhadores e camponeses. Como se sabe, esses direitos só vão ser estendidos aos trabalhadores do campo na Ditadura Militar de 64.

Assim como em outras regiões agrícolas do país, o grau de precarização a que está submetida a força de trabalho da cana na Região Canavieira de Campos está diretamente relacionado às mudanças tecnológicas introduzidas pelo capital ao longo das últimas quatro décadas, o que provocou significativas alterações nas relações de trabalho na cana, contribuindo para o processo de formação do trabalhador livre da cana nesta região.

Segundo NEVES (1986, p.90) “a expansão posta em prática pelos usineiros e grandes fornecedores se fez acompanhar de mudanças nas condições técnicas do processo produtivo e nas relações de trabalho”.

As novas condições técnicas alteraram significativamente as relações de trabalho na cultura da cana, contribuindo para eliminar as formas tradicionais de trabalho, caracterizadas pelos “colonos” e pelos “moradores”. A possibilidade real de expansão das atividades agrícolas levou os usineiros e grandes fazendeiros a incorporar

toda a área de terra disponível com a cultura da cana, iniciando um movimento de expulsão do homem do campo, que vai se estender por toda a década de 60, sobretudo, em função da qualificação do trabalhador de usina enquanto industriário, o que o leva a ser regido pela CLT e em virtude da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, ambos instituídos na década de 60.

A intensificação da mecanização das atividades agrícolas fazia com que um número maior de trabalhadores fosse transformado em trabalhadores temporários, intermediados pela figura do “empreiteiro”, ou “gato”, como é comumente denominado pelos próprios trabalhadores rurais assalariados.

Na década de 70, mais precisamente a partir de 75, com o lançamento do Pró-Álcool, esse movimento de expulsão do trabalhador rural do campo se acentua ainda mais, chegando a atingir um êxodo rural em torno de 50.000 pessoas nas décadas de 60 e 70 no município de Campos e de 16 milhões em todo o Brasil (IBGE, 1980).

Com a perda da roça e da moradia, os trabalhadores vão se amontoar nas favelas e bairros periféricos da cidade para serem arregimentados novamente para o corte de cana como “volantes” ou “bóias-frias”, sempre intermediados pela figura do empreiteiro.

O “morar na cidade” desobriga completamente o usineiro / fazendeiro com a reprodução da força de trabalho utilizada por ele nas lavouras de cana, obrigando o próprio trabalhador a encontrar outras formas de reprodução da sua força de trabalho, considerando os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e a precariedade e/ou ausência dos equipamentos de consumo coletivo nas áreas periféricas e nas favelas da cidade.

O processo de desqualificação dos antigos trabalhadores rurais promovido pelas modificações técnicas, transforma-os, nesse sentido, em trabalhadores braçais livres e disponíveis para qualquer trabalho desqualificado. Além disso, a incapacidade de qualquer setor ou ramo da economia urbana de dar conta desse contingente disponível, seja na safra ou na entressafra, faz com que esses trabalhadores se sujeitem “às condições de clandestinidade do vínculo” e, ao invés de disputar postos de trabalho caracterizados pela

ascensão social ou salarial, disputará “algum” salário, ou seja, viverá no limiar “algum salário / nenhum salário” (CRUZ, 1992, p. 166).

Embora o processo de Reforma Agrária desenvolvido nas terras da ex- Usina Novo Horizonte, na segunda metade da década de 80, guarde traços bastante peculiares tais como a condição social dos assentados (ex-trabalhadores rurais assalariados da Usina) e a construção de um projeto que vai eleger a luta pela terra como prioridade em substituição aos direitos trabalhistas devidos pela Usina, ele revela aspectos essenciais relativos à política de concentração industrial implementada na Região.

Segundo NEVES (1997, p.33), “o processo de assentamento dos ex-trabalhadores da usina Novo Horizonte se constitui num produto de lutas de atores diversos diante da administração dos modos de objetivação de duas políticas públicas coexistentes e contraditórias. Uma das políticas, voltada para a oferta de condições e recursos propiciadores da acumulação do capital e centralização industrial, ao criar confrontos diante de interesses contraditórios entre os seus supostos beneficiários, teve como um dos desdobramentos a expropriação de capitalistas. Este processo de expropriação permitiu o acesso à terra por trabalhadores, beneficiários potenciais de políticas voltadas para a criação de medidas constrangedoras do processo de acumulação dos meios de produção”.

De forma brilhante, a autora revela que a reforma agrária de Novo Horizonte, que tem início com a luta pelos direitos trabalhistas e, posteriormente, com a luta pela terra para os ex-trabalhadores rurais da Usina, só se tornou uma possibilidade, naquele momento, em virtude de profundas alterações ocorridas a partir da década de 80, com o processo de centralização industrial que terá como desdobramentos a exclusão social e a expropriação de usineiros. É claro que essa análise não elimina e nem tampouco desconsidera os atores sociais envolvidos, bem como os seus movimentos, estratégias e negociações. No entanto, ela nos chama atenção para as novas configurações e as novas diretrizes que passam a gerir aquele espaço produtivo, oriundas do movimento do próprio capital, ou seja, da mais pura concorrência intra-classe.

Cabe ressaltar ainda, que a década de 80 também constituiu um marco para o Movimento

Sindical Rural. Vale lembrar que é nos anos 80 que ocorre a greve dos canavieiros, deslançando não só uma série de dissídios, mas também, uma série de ações coletivas contra os patrões que continuavam negando os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores rurais, o que credenciava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos a um dos principais mediadores na luta pela reforma agrária de Novo Horizonte.

A consolidação de um processo de reforma agrária, no entanto, não se realiza apenas no terreno jurídico-institucional (legalidade) mas, principalmente, no domínio do imaginário dos trabalhadores assalariados, futuros assentados, que precisam justificar para si próprios, para a sua família e para aqueles com quem convivem cotidianamente que a luta pela terra do seu antigo patrão, o “usineiro”, é uma luta legítima. Essa foi, sem dúvida, uma das mais importantes tarefas dos mediadores.

Segundo NEVES (1997) a forma pela qual os trabalhadores vão interpretar e reinventar o processo de falência da usina vai ser fundamental para o seu processo de deslocamento social. A condição de abandonados pelo patrão lhes fornecia a justificativa necessária para que eles brigassem judicialmente pelos seus direitos e posteriormente pela terra do seu antigo patrão, lhes permitindo romper com o sistema tradicional de regras, valores, obediências e hierarquias ao qual se mantiveram vinculados todos esses anos.

A desmoralização do usineiro, ou seja, a sua associação com a figura de um mau administrador e de um gestor irresponsável, no momento em que ele se desobriga da sua função de provedor e abandona os seus trabalhadores à fome e à miséria, funcionou como um elemento de “desnaturalização” importante, na medida em que lhes possibilitou julgar como justa e legítima a sua luta pela reforma agrária, mas, sobretudo, porque os levou a se reconhecerem enquanto os “sucessores legítimos do patrimônio coletivamente construído” (NEVES, 1997).

Como foi visto anteriormente, o processo de concentração industrial na Região Açucareira de Campos na década de 80, logo após o desaquecimento do Pró-Álcool, vai se caracterizar pelo fechamento de diversas usinas, consolidando algumas tendências já presentes no cenário regional desde a década de 70. A antiga

concorrência com as usinas de São Paulo vai se intensificar, obrigando os usineiros da Região de Campos a introduzirem um conjunto de práticas inovadoras, como insumos químicos e instrumentos mecanizados, voltado para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade da cana. Essas mudanças, apesar de melhorarem significativamente a produtividade da cana, bem como de reduzir o tempo de trabalho na lavoura (a safra que era de 7/8 meses vai passar para 3/4 meses) não serão suficientes para amenizar a concorrência e permitir a permanência do mesmo número de unidades industriais na Região, sobretudo, daquelas com menor capacidade produtiva.

Segundo NEVES (1997) essa tendência será dinamizada pelas políticas que favorecem o processo de concentração industrial e o aumento da interdependência entre agricultura e indústria através de medidas que estimulam a produção nos estados que apresentam melhores condições agroindustriais e elevação da produtividade do setor. A elevação da capacidade de moagem do Parque Industrial Fluminense para 16 milhões de toneladas de cana, não foi acompanhada pela expansão da lavoura, gerando uma grande ociosidade do Parque Industrial instalado na Região. Além disso, o endividamento crescente e as queixas constantes contra o preço “injusto” da cana, levavam um grupo de usineiros, representados pelos seus órgãos, a reivindicar uma maior participação do Estado no sentido de evitar que a crise do setor evoluísse e comprometesse a principal fonte de renda e de geração de emprego da Região.

Sem poder contar com o velho protecionismo do Estado, que também enfrentava uma grande crise financeira que vai se acentuar consideravelmente na década de 80, a chamada “década perdida”, a Região Canavieira de Campos é obrigada a se ajustar as novas imposições econômicas do mercado globalizado e da concorrência letal que ocorre no interior das frações dominantes, concorrendo também para o processo de “expropriação de capitalistas”.

As metamorfoses operadas desde a década de 70, que reduziram drasticamente o período de trabalho na lavoura, o fechamento de mais de uma dezena de usinas (apenas 6 ou 7 usinas esmagaram cana na safra de 96/97 de acordo com o relatório

INCRA/FAO, 1997) fruto da política de concentração industrial, e ainda, a redução da área cultivada com cana, vão produzir uma forte redução da oferta de emprego ligado à cana, sobretudo, daquele ligado às Unidades Industriais.

Além dessa drástica redução de postos de trabalho, os trabalhadores que conseguem permanecer no corte da cana são obrigados a enfrentar o desemprego no período da entressafra que tem sido cada vez maior, a clandestinidade dos vínculos trabalhistas e a intensificação do processo de exploração da sua força de trabalho. Este último, vem se expressando no aumento significativo do volume da cana cortada por dia, em função do ganho por produtividade, no rebaixamento abusivo do preço do metro da cana cortada e na transferência para os próprios trabalhadores da responsabilidade com relação ao seu deslocamento para as fazendas, antes uma contrapartida dos empreiteiros. Tais aspectos podem estar revelando não apenas a ineficiência da fiscalização, mas também a ausência de uma política de negociação entre representantes de usineiros e trabalhadores rurais em torno de melhores condições de trabalho como em épocas anteriores, o que acaba contribuindo para a ampliação dos ganhos dos “gatos”.

O processo de desqualificação dos antigos trabalhadores rurais patrocinado pelas inovações técnicas e que vai transformá-los em simples trabalhadores braçais livres e disponíveis para qualquer trabalho desqualificado, converte-se num elemento decisivo no processo de intensificação da precarização da força de trabalho na Região Canavieira de Campos, na medida em que possibilita o ingresso de mulheres, crianças e idosos que buscam alternativas à complementação da tão pequena renda familiar.

Nesse sentido, a compreensão do processo de concentração industrial em curso na Região que favorece a expropriação de usineiros, favorecendo também a intensificação da exploração da força de trabalho da cana, como vimos anteriormente, torna-se fundamental para entendermos a dinâmica atual do complexo açucareiro, enquanto um complexo contraditório de relações sociais no qual se movimentam diversos atores sociais e se definem diferentes projetos sócio-políticos, dentre eles o projeto do MST.

A política de concentração industrial na Região foi essencial à abertura de novas possibilidades de acesso à terra e o caso de Novo Horizonte é um exemplo emblemático nesse sentido. Entretanto, é preciso chamar atenção para o fato de que a terra não fazia parte das demandas do movimento sindical rural, órgão que representava os interesses jurídicos dos ex-trabalhadores da Usina Novo Horizonte. A reivindicação da terra como forma legítima de pagamento dos salários e direitos devidos pela usina aos seus ex-trabalhadores rurais é colocada pela primeira vez em 1985, o que deixa claro que “o acesso à terra de propriedade da usina e a reação coletiva de trabalhadores diante da extinção de usinas nessa região eram impensados e até então, impensáveis”(NEVES, 1997, p.62).

Aqui reside uma das diferenciações significativas dessa nova experiência liderada pelo MST, ou seja, uma experiência onde a terra vai aparecer como objeto legítimo de disputa política de trabalhadores assalariados da cana (bóias-frias) na medida em que representa a única alternativa possível às péssimas condições de reprodução social dos bóias-frias dessa região. Isso nos coloca diante de um grande desafio que seria o de investigar melhor as contradições do processo de proletarização rural, considerando as particularidades da dinâmica regional, na medida em que a luta pela terra passa a compor o conjunto de reivindicações de trabalhadores assalariados expulsos da terra a partir do projeto de modernização agrícola.

Segundo FERRANTE (1994) a terra não pode ser vista apenas como parte de um passado enterrado, mas pode reaparecer no seu vivido sob outros significados, na medida em que vão sendo tecidas novas relações sociais, o que nos leva a indagar sobre os “significados” que a terra vem assumindo para esse segmento de bóias-frias, considerando a precariedade das suas condições de reprodução social, intensificadas com o processo de concentração industrial na região e considerando, também, as diferenciações sociais que vão ser levadas para o interior do Assentamento. Diferenças quanto às formas de vínculo trabalhista, quanto às experiências de trabalho na cana e fora dela e quanto às formas de sociabilidade, na medida em que lá se encontram tanto os moradores das favelas e

periferias urbanas, quanto aqueles que sempre residiram na zona rural, mesmo que nas vilas urbanas.

Estas questões, na verdade, nos ajudam a olhar com mais atenção as diferenças, bem como, os conflitos e tensões presentes nos processos sociais.

Uma outra questão que merece ser melhor investigada é quanto aos motivos que levaram esses bóias-frias a aderirem ao projeto do MST, um agente externo, frequentemente associado pela mídia como um movimento de “baderneiros” e “foras da lei”. Qual é o lugar reservado para esse novo agente que traz consigo um novo projeto social e político, um movimento completamente diferente das representações tradicionais, bem como das práticas políticas locais ?

Tais questões sugerem que o MST não só soube interpretar as demandas postas por esse segmento social, como também, soube reinventar um novo campo de possibilidades.

Se em Novo Horizonte a desmoralização do usineiro foi fundamental para o processo de deslançamento de mudança social, porque possibilitou a ruptura necessária com um padrão moral hegemônico assentado num conjunto de representações e valores inadequados a sua nova posição social, que elementos possibilitaram essa transição no caso de Zumbi dos Palmares? Que conjunto de fatores foi capaz de mobilizá-los numa ocupação arriscada, ilegal e, principalmente, sem nenhuma garantia de sucesso ?

Não seria a impossibilidade dos bóias-frias reproduzirem-se socialmente devido às péssimas condições de vida, o motivo responsável que levou centenas de trabalhadores assalariados da cana a depositarem todas as suas expectativas e esperanças no processo conduzido pelo MST, um ator político de expressão nacional, em função das suas ocupações vitoriosas e que soube reconhecer, na dinâmica da concentração industrial em curso na região, os seus elementos contraditórios ?

Em Campos, a “terra” democratizada pela reforma agrária vem reaparecendo como um elemento central de mudança social, um instrumento valioso e necessário para substituir um passado de miséria, de doenças e de sacrifícios e onde não havia mais qualquer possibilidade de

futuro. Com o MST a terra ganha um novo significado - o de possibilitar a construção de um projeto para o futuro.

Depois de Novo Horizonte, quando as possibilidades de reforma agrária pareciam remotas em virtude de alguns limites colocados pela conjuntura nacional e porque não dizer, da prática política do próprio movimento sindical, a ocupação do MST não só re-coloca em questão a luta pela reforma agrária na Região Açucareira de Campos, como também anuncia a possibilidade de construção de um outro projeto para a região. Um projeto que se opõe frontalmente aos interesses dos usineiros e fazendeiros, bem como às “velhas soluções” patrocinadas pelo poder público e subsidiada pelo fundo público, mas que não contribuem em nada para a alteração das condições de vida dos trabalhadores rurais da cana ou de qualquer outro produto que venha a se instalar na Região.

Referências Bibliográficas

- [1] CRUZ, J.L.V. Mercado de trabalho e exclusão em Campos / RJ. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.18, n.3, set/dez 1992.
- [2] FERRANTE, Vera Lúcia, B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa, In: MEDEIROS et al. (orgs.) Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar, São Paulo : Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994. p.127-144.
- [3] NEVES, Delma, P. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói : EDUFF, 1997.
- [4] _____. Mudança tecnológica e emprego In: PIQUET, R (org.), Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate, Rio de Janeiro : PUBLIPUR/UFRJ, 1996. p.86-103.